

***Carregadores em Mercado Atacadista e
Varejista de Micro e Pequenas Empresas na
Cidade de Campinas–SP:
Perfil e Estilo de Vida***

Maria Inês Monteiro

Mestre em Educação – UNICAMP;

Doutora em Enfermagem – USP

Professora Associada –

Departamento de Enfermagem – FCM – UNICAMP

Aparecida Mari Iguti

Mestre e Doutora em Saúde Coletiva

Professora Associada - Departamento de Medicina Preventiva e Saúde

Coletiva – FCM – UNICAMP

Carlos Eduardo Siqueira

MD, ScD; Assistant Professor – Department of Community Health and

Sustainability – UMass Lowell – USA

Heleno Rodrigues Corrêa Filho

Mestre e Doutor em Saúde Coletiva

Professor Associado – Departamento de Medicina Preventiva e Saúde

Coletiva – FCM – UNICAMP

Introdução

O trabalho informal foi cunhado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1997), em 1972, nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, nos quais foi identificada a “existência de um grande

número de trabalhadores pobres, ocupados em produzir bens e serviços, sem que suas atividades fossem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas”, como um problema, em detrimento do desemprego.

Para o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Essas atividades utilizam-se de pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada e produzem emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos disponíveis ao setor formal e também pela baixa capacidade de acumulação de capital e renda (JAKOBSEN, 2000).

O modelo brasileiro de prevenção às doenças ocupacionais e doenças relacionadas ao trabalho, em geral, não inclui grandes espaços de administração pública no qual atuam empresas, trabalhadores autônomos, micro-empresários e empregados subcontratados (SABINO *et al.*, 2002).

Em que pese essa realidade adversa, o Brasil evoluiu muito quando se comparam as condições atuais com aquelas constatadas há mais de vinte anos sobre as insuficiências que existiram nos sistemas de compensação por doenças e acidentes relacionados ao trabalho formal (POSSAS, 1987).

A carência de aplicação de princípios de saúde coletiva para proteger os trabalhadores de grandes empresas públicas, autarquias, e espaços de economia mista público-privada foi relatada por GEHRING JUNIOR *et al.*, (2003).

Os espaços públicos de economia e trabalho ampliado em muito se assemelham às condições encontradas nas grandes corporações, as quais têm também agravado os indicadores de saúde e necessitam de alternativas para proteger e promover a saúde (MONTEIRO, SIQUEIRA, CORREA FILHO, 2008).

Um aspecto importante da vida dos trabalhadores que atuam como carregadores autônomos nos grandes mercados de abastecimento central de hortigranjeiros é o envelhecimen-

to e a permanência na função por tempo mais longo que os jovens permanecem no mercado de trabalho privado usual.

O sistema de “Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico” – VIGITEL propõe, além do critério de avaliação da atividade física, que sejam consideradas também as atividades realizadas durante a jornada de trabalho, no desempenho da função, assim como os deslocamentos realizados durante o dia e as tarefas realizadas no domicílio (MONTEIRO, FLORINDO, CLARO, 2008).

É de fundamental importância que sejam realizados estudos que avaliem diferentes atividades realizadas no desempenho das funções no trabalho, tendo em vista o desgaste precoce a que os trabalhadores podem estar expostos, e que podem ter impacto em sua qualidade de vida.

Metodologia

Estudo epidemiológico transversal realizado junto aos carregadores autônomos que atuavam nas Centrais de Abastecimento de Campinas – CEASA.

Foram incluídos na amostra 99 carregadores autônomos que transportavam carga no Mercado Hortifrutigranjeiro e que concordaram em participar da pesquisa. Para a coleta de dados foi utilizado o questionário QSETS (Monteiro, 1996, atualizado em 2006) com dados sociodemográficos, estilo de vida, satisfação com a vida e o trabalho, e aspectos de saúde.

Foi realizada também observação dos locais de trabalho, com elaboração de diário de campo pela primeira autora.

Os dados foram inseridos em planilha Excel®. Para a análise descritiva e testes estatísticos foi utilizado o software SAS 9.2®.

Em relação aos aspectos éticos o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas e foi aprovado. Foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido.

Resultados e discussão

Todos os entrevistados eram homens, com média de idade de 43,6 anos (DP 11,2) e 2/3 tinha menos que 50 anos de idade. Um importante aspecto a ser destacado é a presença de 33,3% com 50 anos de idade ou mais, em atividade com intensa demanda física.

A maioria era casada (63,4%), com filhos (84,2%), e residia na região metropolitana de Campinas (96,7%), sendo 55,6% em Campinas e 27,3% em Sumaré. Entre os carregadores, 22,1% tinham quatro anos de estudo ou menos.

O trabalho realizado era basicamente com demanda física, deslocando carga de aproximadamente 500 kg de produtos, por viagem, em carrinho de madeira, aberto nas laterais, na área pertencente à Ceasa.

Os carregadores autônomos pagavam uma pequena taxa a Ceasa pelo “uso do solo”, em torno de dez reais ao mês, no período de realização da pesquisa. Além disso, é mantido um cadastro pela direção da instituição, com dados dos carregadores. Não é permitida a presença de carregadores não cadastrados.

Parte dos carregadores é filiada ao Sindicato dos trabalhadores, com sede em São Paulo, sendo Campinas uma subseção do mesmo.

Os produtos são transportados durante a jornada de trabalho, que se inicia às 5 horas da manhã, nos dias de feira de hortifrutigranjeiros – segunda, quarta e sexta-feira. Os mercados funcionam de segunda feira a sábado, com movimentação variada, concentrando-se basicamente nos dias referidos.

Em relação ao estilo de vida, 20,2% eram tabagistas, valor superior ao obtido pelo inquérito do VIGITEL 2009 para população masculina (19%) nas capitais brasileiras e Distrito Federal (BRASIL, 2010).

Relataram ter sofrido acidente de trabalho no último ano 11,5% dos carregadores.

Em relação à capacidade atual para o trabalho, em escala que variou de zero a dez, sendo dez o maior valor, 22,2%

tiveram escore na categoria baixa e moderada, 38,4% na boa e 39,4% na ótima.

Outro dado a ser destacado é a saúde comparada a outras pessoas de idade semelhante, com as seguintes possibilidades de resposta: “pior, pouco pior, igual, melhor e muito melhor”. Neste estudo, 57,9% dos trabalhadores consideraram sua saúde “melhor ou muito melhor” que a de outras pessoas de idade semelhante.

Deve ser aqui considerada a possibilidade de ocorrência do efeito trabalhador sadio, com a permanência dos que estão em melhor situação de saúde (CHECKOWAY, PEARCE, CRAWFORD-BROWN, 1989).

Apesar do trabalho desgastante e mesmo com 44,9% dos carregadores terem referido outra atividade de trabalho remunerada (segundo emprego), 60,8% dos entrevistados relataram realizar atividades domésticas.

A realização de atividade física fora do trabalho foi pequena entre os carregadores, com poucos realizando pelo menos 150 minutos de atividade por semana, sendo mais frequente a caminhada e utilizar bicicleta, porém em períodos curtos de tempo e ou baixa frequência na semana. Foram obtidos dados diferentes somente para os que relataram jogar futebol (n=14), dos quais 12 referiram pelo menos 150 minutos de prática da atividade por semana.

Esta pesquisa teve como limitação o fato de ser um estudo transversal, o que permitiu observar somente dados relativos à prevalência.

Conclusão

O trabalho desenvolvido por carregadores em micro e pequenas empresas é, em geral, desgastante, envolvendo o uso do corpo para deslocamento de carrinho com mercadorias.

Trabalhadores informais compõem importante parcela da população economicamente ativa do Brasil, em décadas recentes, e o suporte em relação aos aspectos de saúde é fundamental, visando garantir boa qualidade de vida.

Referências bibliográficas

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. VIGITEL Brasil 2009. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/publicacao_vigitel_2009.pdf. Acesso em: 27 mar. 2011.
- CHECKOWAY, H.; PEARCE, N.; CRAWFORD-BROWN, D. J. *Research methods in occupational epidemiology*. New York: Oxford University Press, 1989.
- GEHRING JÚNIOR, G.; SOARES, S. E.; CORRÊA-FILHO, H. R. Serviços de Saúde do Trabalhador: a co-gestão em universidade pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n.17, p. 98-110, 2003.
- JAKOBSEN, K. A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, K. A. A.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (org) *Mapa do Trabalho Informal*. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Fundação Perseu Abramo/CUT, 2000.
- MONTEIRO, C.A.; FLORINDO, A.A.; CLARO, R.M. *et al.* Validade de indicadores de atividade física e sedentarismo obtidos por inquérito telefônico. *Rev Saúde Pública*, v. 42, n. 4, p. 575-81, 2008.
- MONTEIRO, M. I. *Instrumento para coleta de dados sociodemográficos, estilo de vida, aspectos de saúde e trabalho - QSETS*. Campinas: Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho, 1996, atualizado em 2006.
- MONTEIRO, M. I.; SIQUEIRA, C. E.; CORREA FILHO, H. R. Produção justa e sustentável: meio ambiente e qualidade de vida corporativa. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L., (ed). *Qualidade de vida no ambiente corporativo*. Campinas: IPES Editorial - UNICAMP- Faculdade de Educação Física, 2008. p. 43-51p.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Conferência Internacional do Trabalho: Contract Labour, 85º sessão*. Report VI-1. Genebra, 1997.

POSSAS, C. Avaliação da situação atual do sistema de informação sobre doenças e acidentes do trabalho no âmbito da Previdência Social Brasileira e propostas para sua reformulação. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, n. 15, p. 43-67, 1987.

SABINO, M. O.; CORRÊA-FILHO, H. R.; LORENZ, V. R. Tópicos sobre a saúde do trabalhador para a atuação da promotoria. In: ARANHA, M.I; TOJAL, S.B. (ed). *Curso de especialização à distância em Direito Sanitário para membros do Ministério Público e da Magistratura Federal*. 1 ed. Brasília DF: UnB & ENSP-FIOCRUZ; 2002. p. 217-283.

Financiamento

Esta pesquisa recebeu financiamento do Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas – FAPESP, (processo 03/06410-4): “Bases para a implantação de um Serviço Público de Saúde do Trabalhador no trabalho informal e em micro e pequenas empresas de comércio hortifrutigranjeiro no Estado de São Paulo”, coordenado pela Professora Dra. Maria Inês Monteiro e recebeu Termo Aditivo ao Convênio UNICAMP/ University of Massachusetts - UMASS-LOWELL - USA.